

A PAZ DO PAÍS É PERDIDA PELA COVARDIA

As autoridades de Brasília parecem sofrer pesadelos nas últimas semanas. Talvez só isso explique o porquê eles continuem a se perder em semânticas para evitar uma única palavra: terrorismo. A recusa deliberada em nomear as facções criminosas que aterrorizam o Brasil é o sintoma mais agudo de um projeto de poder que, para se sustentar, precisa manter a nação em um estado de cárcere psicológico perpétuo, evitando que qualquer chance de resgate veja a luz do dia.

Depois de décadas trabalhando em um projeto de poder de raiz marxista, o PT chegou muito perto de redefinir a criminalidade não como uma ameaça à ordem, mas como consequência inevitável da desigualdade social. Nessa moldura, o criminoso é a vítima, e o Estado e a população devem dialogar e entender o lado do crime. Olhando por esse prisma ideológico se entende a resistência do governo Lula em classificar as facções pelo que elas são.

O ministro Ricardo Lewandowski, ao afirmar que a medida representaria um "grave risco à soberania nacional", não defende o Brasil, mas a narrativa que permitiu a ascensão do seu grupo político. E o ministro Fernando Haddad, ao ecoar temores sobre o sistema financeiro, revela o mesmo pavor: admitir o terrorismo interno seria admitir a leniência do projeto progressista com o crime.

Se a postura do governo é ao menos coerente com seu passado, a omissão da suposta oposição é um espetáculo de covardia. O projeto relatado por um parlamentar do Partido Progressistas representava a oportunidade de ouro para romper com o consenso pró-crime que Brasília segue. Mas o relator evitou dar o passo decisivo. O PP, que em teoria deveria encarnar um viés conservador, preferiu a segurança das negociações de sempre à incerteza de um confronto à favor do povo. O centrão se mostrou cúmplice do status quo que, para parte expressiva da direita brasileira, serve apenas como manutenção do poder dos políticos.

E não podemos esquecer da elite financeira da Faria Lima, que encena uma normalidade assustadora em frente à dissociação moral que o país escancara dia após dia. A "normalidade" do mercado mascara a cumplicidade com a erosão do próprio Estado que garante os seus lucros, ignorando a possibilidade de que um país melhor é possível. Visualize um cenário em que o presidente Jair Bolsonaro estivesse hoje na presidência. Liberto das amarras ideológicas da esquerda, o alinhamento com os Estados Unidos seria imediato e estratégico. A classificação das facções como grupos terroristas seria o pilar de uma aliança em prol da segurança nacional. O Brasil teria a chance de trabalhar lado a lado ao exército mais poderoso do planeta para aniquilar o inimigo interno que ameaça a própria existência do Estado.

Com acesso a sanções financeiras internacionais, inteligência e cooperação militar, o Brasil teria, pela primeira vez, a oportunidade de lançar uma ofensiva definitiva contra sua principal mazela. O que hoje é chamado de "risco de intervenção" seria a via para reafirmar a nossa soberania perdida para o crime.

A recusa em travar uma guerra real contra as facções é a pedra angular que sustenta o castelo de cartas da hegemonia progressista. A omissão do governo, a inoperância do centrão e a indiferença da Faria Lima não são fenômenos isolados, são manifestações distintas da mesma doença: um país cujas elites perderam a coragem de defender o povo.

Romper com essa espiral de decadência exige mais do que homens tímidos e palavras vazias, exige uma virada conservadora que recoloca a ordem como valor negociável e a soberania como um bem a ser defendido com força, sem eufemismos.

- **Governo e crime:** O governo evita o termo terrorismo e protege a moldura ideológica que transforma o criminoso em vítima.
- **Oposição covarde:** O centrão recua diante da chance de classificar facções como terroristas e preserva o acordo permanente que domina Brasília.
- **Elite cúmplice:** A Faria Lima normaliza o caos e ignora que o colapso do Estado ameaça o próprio ambiente que sustenta seus lucros.

